

Aracaju, 7 de maio de 2012 - A Administração da Energisa Sergipe - Distribuidora de Energia S/A (“Energisa Sergipe”) apresenta as Informações Trimestrais relativas ao primeiro trimestre de 2012 (1T12), preparadas de acordo com os Padrões Internacionais de Demonstrações Financeiras (International Financial Reporting Standards - IFRS).

1 - Perfil do Negócio

A Energisa Sergipe é uma distribuidora de energia elétrica que atende a aproximadamente 633 mil consumidores e uma população de cerca de 1,8 milhão de habitantes em 63 municípios do Estado de Sergipe.

Resumem-se, a seguir, destaques do desempenho econômico-financeiro da Energisa Sergipe no primeiro trimestre:

Indicadores Operacionais e Financeiros

Descrição	1T12	1T11	Variação %
Resultados - R\$ milhões			
Receita Operacional Bruta	256,2	221,4	+ 15,7
Receita Operacional Líquida	175,1	152,0	+ 15,2
Resultado antes das receitas e despesas financeiras (EBIT)	33,9	23,5	+ 44,3
EBITDA	43,4	34,8	+ 24,7
EBTIDA Ajustado	46,3	36,8	+ 25,8
Resultado Financeiro	(8,5)	(14,6)	- 41,8
Resultado antes dos impostos	25,4	8,9	+ 185,4
Lucro Líquido	19,3	8,3	+ 132,5
Indicadores Financeiros - R\$ milhões			
Ativo Total	1.046,1	988,2	+ 5,8
Caixa / Aplicações Financeiras / Equivalentes	89,9	118,0	- 23,8
Patrimônio Líquido	357,7	334,0	+ 7,1
Endividamento Líquido	408,9	360,5	+ 13,4
Indicadores Operacionais			
Número de Consumidores Cativos (mil)	633	604	+ 4,8
Vendas de Energia Elétrica aos Consumidores Cativos (GWh)	583,7	554,3	+ 5,3
Energia elétrica associada aos Consumidores Livres (GWh)	169,4	153,4	+ 10,4
Perdas de Energia (% últimos 12 meses)	10,11	10,68	- 0,57 p.p
Indicadores Relativos			
EBITDA Ajustado / Receita Líquida (%)	26,4	24,2	+ 2,2 p.p
Endividamento Líquido / EBITDA Ajustado 12 meses (vezes)	2,3	2,6	-11,5

2- Desempenho Econômico e Financeiro
2.1 - Lucro líquido: crescimento de 132,5%

A Energisa Sergipe registrou no primeiro trimestre de 2012 um lucro líquido de R\$ 19,3 milhões, o que representa um incremento de 132,5% em relação ao registrado no 1T11.

Esse avanço do lucro líquido decorre em parte do acréscimo de 15,2% (ou R\$ 23,1 milhões) da receita operacional líquida no trimestre, aliado ao menor crescimento das despesas operacionais, o que favoreceu a geração operacional de caixa (EBITDA). As despesas operacionais cresceram 9,9% (ou R\$ 12,7 milhões) no trimestre.

A variação dos resultados financeiros (receitas financeiras menos despesas financeiras) também contribuiu para a melhoria do lucro líquido no trimestre. As despesas financeiras líquidas mostraram uma redução de 41,8%.

A composição do lucro líquido no trimestre assim se apresenta:

Composição do lucro líquido (R\$ milhões)	1T12	1T11	Variação %
Receita operacional líquida	175,1	152,0	+ 15,2
Resultado antes das receitas e despesas financeiras (EBIT)	33,9	23,5	+ 44,3
Geração operacional de caixa (EBITDA)	43,4	34,8	+ 24,7
Resultado financeiro	(8,5)	(14,6)	- 41,8
Contribuição social e imposto de renda	(6,1)	(0,6)	+ 916,7
Lucro Líquido	19,3	8,3	+ 132,5

2.2 - Receita operacional bruta

A receita operacional bruta da Energisa Sergipe atingiu R\$ 256,2 milhões no 1T12, valor 15,7% (ou R\$ 34,8 milhões) acima do registrado no 1T11, quando alcançou R\$ 221,4 milhões. A receita operacional líquida cresceu 15,2% (ou R\$ 23,1 milhões) para R\$ 175,1 milhões.

A composição da receita operacional bruta e líquida da Energisa Sergipe assim se apresenta:

Receita Consolidada por Classe de Consumo	Trimestre		
	Variação em R\$ milhões		
Valores em R\$ milhões	1T12	1T11	
(+) Receita de energia elétrica (mercado próprio)	220,2	185,0	+ 35,2
• Residencial	101,3	84,3	+ 17,0
• Industrial	27,2	23,5	+ 3,7
• Comercial	56,7	46,6	+ 10,1
• Rural	6,2	5,2	+ 1,0
• Outras classes	28,8	25,4	+ 3,4
(+) Suprimento de energia elétrica	5,9	6,0	- 0,1
(+) Disponibilização do sistema elétrico	13,4	10,7	+ 2,7
(+) Receitas de construção	15,9	14,3	+ 1,6
(+) Outras receitas	0,8	5,4	- 4,6
(=) Subtotal - Receita operacional bruta consolidada	256,2	221,4	+ 34,8
(-) Impostos sobre receitas	(68,6)	(57,9)	- 10,7
(-) Encargos setoriais	(12,5)	(11,5)	- 1,0
(=) Total - Receita operacional líquida consolidada	175,1	152,0	+ 23,1

Resultados do 1º trimestre de 2012

2.2.1 - Reajuste tarifário anual: a Energisa Sergipe obteve em 22 de abril de 2012 um aumento médio de 4,97% nas suas tarifas de energia elétrica.

2.3 - Despesas operacionais

2.3.1 - Despesas operacionais na distribuição, geração e serviços

No 1T12, as despesas operacionais na distribuição, geração e serviços da Energisa Sergipe atingiram R\$ 125,3 milhões, com crescimento de 9,7% (ou R\$ 11,1 milhões) em relação ao valor registrado no 1T11.

2.3.1.1 - Despesas controláveis na distribuição, geração e serviços

As despesas controláveis (pessoal, material e serviços de terceiros) na distribuição, geração e serviços reduziram 2,2% (ou R\$ 0,6 milhão) no 1T12, para R\$ 26,1 milhões.

2.3.2 - Custos de construção

Com a adoção do padrão contábil internacional (IFRS), a Energisa Sergipe passou a reconhecer receitas e os custos decorrentes da construção da infraestrutura utilizada na concessão dos serviços de energia elétrica, atribuindo a esta atividade margem zero. No 1T12, os custos de construção totalizaram R\$ 15,9 milhões, contra R\$ 14,3 milhões no 1T11.

2.3.3 - Despesas operacionais totais

No 1T12, as despesas operacionais da Energisa Sergipe totalizaram R\$ 141,2 milhões, o que representa um crescimento de 9,9% (ou R\$ 12,7 milhões) em relação ao 1T11.

Decomposição das despesas operacionais (R\$ milhões)	1T12	1T11	Varição em R\$ milhões
1 - Despesas controláveis	26,1	26,7	- 0,6
1.1 - Pessoal	13,4	14,0	- 0,6
1.2 - Material	2,7	2,4	+ 0,3
1.3 - Serviços de terceiros	10,0	10,3	- 0,3
2 - Despesas não controláveis (compra de energia e transporte)	86,9	73,2	+ 13,7
3 - Depreciação e amortização	9,5	11,3	- 1,8
4 - Provisões contingências e devedores duvidosos	1,2	0,8	+ 0,4
5 - Outras despesas	1,6	2,2	- 0,6
Subtotal	125,3	114,2	+ 11,1
6 - Custo de construção	15,9	14,3	+ 1,6
Total	141,2	128,5	+ 12,7

Resultados do 1º trimestre de 2012

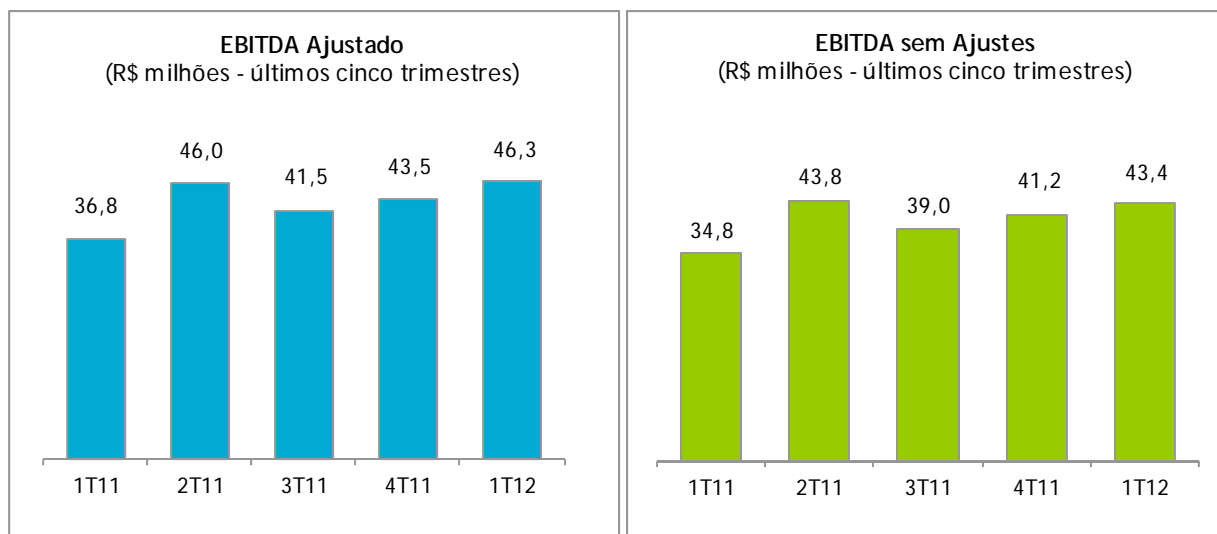
2.4 - Resultado antes das receitas e despesas financeiras (EBIT) e geração de caixa (EBITDA)

O resultado antes das receitas e despesas financeiras (EBIT) e a geração operacional de caixa (EBITDA) assim se apresentam no trimestre:

EBITDA e EBITDA Ajustado - Em R\$ milhões -

Descrição	Trimestre		
	1T12	1T11	Varição %
(=) EBIT	33,9	23,5	+ 44,3
(+) Depreciação e amortização	9,5	11,3	- 15,9
(=) EBITDA	43,4	34,8	+ 24,7
(+) Receitas de acréscimos moratórios	2,9	2,0	+ 45,0
(=) EBITDA ajustado no período	46,3	36,8	+ 25,8
Margem do EBITDA ajustado (%)	26,4	24,2	+ 2,2 p.p

O fluxo de EBITDA e do EBITDA Ajustado da Energisa Sergipe ao longo dos últimos cinco trimestres pode ser assim demonstrado:



2.5 - Resultado financeiro

O resultado financeiro (receitas financeiras menos despesas financeiras) no 1T12 representou uma despesa financeira líquida de R\$ 8,5 milhões, contra uma despesa financeira líquida de R\$ 14,6 milhões no 1T11.

O quadro a seguir apresenta as dívidas de curto e longo, líquidas de disponibilidades financeiras (caixa, equivalentes de caixa e aplicações financeiras) da Energisa Sergipe:

Descrição	31/03/2012	31/12/2011
Valor em R\$ milhões		
Curto Prazo	57,9	62,3
Empréstimos, financiamentos e debêntures	49,6	47,7
Encargos de dívidas	6,6	12,5
Parcelamento de impostos	1,7	2,1
Longo Prazo	440,9	446,1
Empréstimos, financiamentos e debêntures	433,4	446,1
Parcelamento de impostos	7,5	-
Total das dívidas	498,8	508,4
(-) Disponibilidades financeiras	89,9	111,7
Total das dívidas líquidas	408,9	396,7

Em 31 de março de 2012, R\$ 272,4 milhões (54,6%) do total das dívidas estão representados em dólares, provenientes da emissão internacional de Notes Units, cujo saldo em circulação ao final de março de 2012 era de US\$ 109,6 milhões, além de US\$ 43,6 milhões em debêntures. As notas têm vencimento de longo prazo, em 19 de julho de 2013 e custo de US\$ mais 10,5% ao ano.

As debêntures têm custo de US\$ mais 8,85% ao ano e igualmente com vencimento de longo prazo em três parcelas anuais, sendo a última prestação em 8 de novembro de 2015. A Energisa Sergipe possui proteção contra variação cambial adversa dos financiamentos atrelados à variação cambial, respeitados determinados condicionantes.

3 - Desempenho Operacional

3.1 - Mercado de Energia

As vendas totais de energia elétrica aos consumidores cativos atendidos pela Energisa Sergipe, atingiram 583,7 GWh no 1T12, o que corresponde a um aumento de 5,3% sobre o valor apurado em igual trimestre de 2011. Os consumos das classes rural e comercial apresentaram expressivas expansões no trimestre, com crescimentos de 17,2% e 10,2%, respectivamente. O consumo industrial cativo e livre, em conjunto, mostrou crescimento de 6,5%. Conseqüentemente, a energia elétrica total distribuída, considerando consumidores cativos e livres, suprimento e fornecimento não faturado, totalizou 820,9 GWh, o que representando um aumento de 6,5% em relação ao igual trimestre do ano passado.

Mercado de Energia Elétrica por Segmento (Em GWh)

Descrição	Trimestre		
	1T12	1T11	Variação %
a) Vendas de Energia no Mercado Próprio	583,7	554,3	+ 5,3
• Residencial	218,3	209,3	+ 4,3
• Industrial	85,6	86,1	- 0,6
• Comercial	127,1	115,3	+ 10,2
• Rural	32,0	27,3	+ 17,2
• Outras classes	120,7	116,3	+ 3,8
b) Suprimento de Energia Elétrica	66,3	60,8	+ 9,0
c) Fornecimento não Faturado Líquido	1,5	2,5	- 40,0
d) Vendas Totais de Energia Elétrica (a+b+c)	651,5	617,6	+ 5,5
e) Energia elétrica associada aos Consumidores Livres	169,4	153,4	+ 10,4
f) Energia Elétrica Total Distribuída	820,9	771,0	+ 6,5

3.2 - Perdas de energia

A Energisa Sergipe manteve no 1T12 o foco e as ações gerenciais visando a contínua redução de perdas de energia elétrica. As perdas de energia se situaram em 10,11% nos últimos doze meses terminados em março de 2012, o que corresponde a uma queda de 0,57 ponto percentual em relação a igual período encerrado em março de 2011.

4 - Investimentos

Com foco nos projetos que visam o aprimoramento da qualidade dos serviços prestados, os investimentos da Energisa Sergipe totalizaram R\$ 19,5 milhões no primeiro trimestre de 2012, o que representa um crescimento de 23,4% em relação aos realizados em igual trimestre do ano passado, quando foram investidos R\$ 15,8 milhões.

Merece também destaque, o Programa de Universalização e Uso da Energia Elétrica, iniciado em 2004, que já beneficiou 51.014 famílias de um total de 51.274 a atender. Os investimentos desde o início do programa já atingem R\$ 245 milhões até o final de março de 2012.

A Administração.

Demonstrações Financeiras

1. Balanço Patrimonial Ativo

Energisa Sergipe		
Balanços Patrimoniais		
Em 31 de março de 2012 e 31 de dezembro de 2011		
(Em milhares de reais)		
	<u>31/03/2012</u>	<u>31/12/2011</u>
Ativo		
Circulante		
Caixa e equivalente de caixa	56.711	78.427
Aplicações no mercado aberto e recursos vinculados	29.381	29.552
Consumidores e concessionárias	107.068	108.115
Títulos de créditos a receber	10.702	10.014
Estoques	2.308	2.536
Impostos a recuperar	27.500	24.154
Despesas pagas antecipadamente	2.788	952
Baixa renda e outros créditos	41.340	37.115
Total do circulante	<u>277.798</u>	<u>290.865</u>
Não circulante		
Realizável a Longo Prazo		
Aplicações no mercado aberto e recursos vinculados	3.787	3.744
Consumidores e concessionárias	7.544	7.544
Títulos de créditos a receber	2.606	2.410
Impostos a recuperar	16.300	16.341
Créditos tributários	18.684	19.736
Depósitos e cauções vinculados	21.915	20.844
Instrumentos financeiros derivativos	12.520	6.359
Contas a receber da concessão	81.561	34.021
Outros créditos	1.629	868
	<u>166.546</u>	<u>111.867</u>
Investimento	217	217
Intangível	602.305	647.122
Total do não circulante	<u>769.068</u>	<u>759.206</u>
Total do Ativo	<u><u>1.046.866</u></u>	<u><u>1.050.071</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

2. Balanço Patrimonial Passivo

Energisa Sergipe		
Balanços Patrimoniais		
Em 31 de março de 2012 e 31 de dezembro de 2011		
(Em milhares de reais)		
	<u>31/03/2012</u>	<u>31/12/2011</u>
Passivo		
Circulante		
Fornecedores	47.305	47.620
Encargos de dívidas	6.574	12.516
Empréstimos e financiamentos	44.173	46.202
Debêntures	5.400	1.479
Tributos e contribuições sociais	34.692	29.290
Parcelamento de impostos	1.798	2.078
Dividendos	-	8.655
Obrigações estimadas	4.557	4.018
Encargos do consumidor a recolher	1.218	2.941
Outras contas a pagar	44.412	41.891
Total do circulante	<u>190.129</u>	<u>196.690</u>
Não circulante		
Fornecedores	1.810	1.810
Empréstimos e financiamentos	297.579	308.046
Debêntures	135.823	138.079
Instrumentos financeiros derivativos	27.255	16.089
Tributos e contribuições sociais	1.327	1.327
Imposto de renda e contribuição social diferido	6.400	5.836
Parcelamento de impostos	6.754	7.029
Provisão para contingências	21.325	20.229
Benefícios a empregados - plano de pensão	737	737
Total do não circulante	<u>499.010</u>	<u>499.182</u>
Patrimônio líquido		
Capital social	319.239	319.239
Ações em tesouraria	(18)	(18)
Reservas de capital	3.348	3.348
Reservas de lucros	15.861	15.861
Dividendos adicionais propostos	-	15.769
Lucros acumulados	19.297	-
	<u>357.727</u>	<u>354.199</u>
Total do Passivo	<u><u>1.046.866</u></u>	<u><u>1.050.071</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

3. Demonstrações de Resultado

Energisa Sergipe		
Demonstração de Resultado		
Três meses findos em 31 de março de 2012 e 2011		
(Em milhares de reais)		
	<u>1T2012</u>	<u>1T2011</u>
Receita operacional bruta		
Fornecimento de Energia Elétrica	216.628	186.405
Disponibilização do sistema	13.359	10.725
Suprimento de energia	5.916	5.994
Receita de construção	15.856	14.322
Outras Receitas Operacionais	4.391	3.911
	<u>256.150</u>	<u>221.357</u>
Deduções à receita operacional		
ICMS faturado	46.349	38.807
PIS, Cofins e ISS	22.261	19.119
Outras (CCC, CDE, P&D, PEE e RGR)	12.483	11.432
	<u>81.093</u>	<u>69.358</u>
Receita operacional líquida	<u>175.057</u>	<u>151.999</u>
Despesas operacionais		
Energia elétrica comprada	77.385	65.745
Encargos de uso do sistema	9.476	7.406
Pessoal	13.487	14.055
Material	2.684	2.444
Serviços de terceiros	9.967	10.322
Depreciação e amortização	9.546	11.309
Provisão para crédito de liquidação duvidosa / contingências	1.184	780
Custo de construção	15.856	14.322
Outras despesas	1.596	2.126
	<u>141.181</u>	<u>128.509</u>
Resultado antes das receitas e despesas financeiras	<u>33.876</u>	<u>23.490</u>
Resultado financeiro		
Receita de aplicações financeiras	2.414	2.675
Acréscimo moratório energia vendida	2.867	1.966
Encargos de dívidas - Juros	(12.598)	(12.906)
Encargos de dívidas - variação monetária e cambial	5.316	5.754
Marcação a mercado derivativos	6.162	(2.016)
Instrumentos financeiros derivativos	(12.099)	(9.870)
Ajuste a valor presente	296	139
(-) Transferências para obras em curso	1.322	514
Outras receitas (despesas) financeiras	(2.135)	(889)
	<u>(8.455)</u>	<u>(14.633)</u>
Resultado antes dos tributos	<u>25.421</u>	<u>8.857</u>
Imposto de renda e contribuição social	(6.125)	(549)
Lucro líquido do período	<u>19.296</u>	<u>8.308</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

4. Demonstrações do Fluxo de Caixa

Energisa Sergipe
Demonstrações dos Fluxos de Caixa
Três meses findos em 31 de março de 2012 e 2011
(Em milhares de reais)

	<u>1T2012</u>	<u>1T2011</u>
Atividades operacionais		
Lucro (prejuízo) do exercício	19.297	8.308
Despesas (receitas) que não afetam o caixa:		
Despesas com juros, variações monetárias e cambiais - líquidas	7.573	7.703
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	307	228
Amortização	9.546	11.309
Valor residual de ativos permanentes baixados	412	1.308
Créditos tributários	1.052	(1.318)
Imposto de renda e contribuição social	6.126	549
Provisão/Reversão de Provisão para contingências	801	(328)
Instrumentos Financeiros Derivativos	12.099	9.870
Marcação a mercado de derivativos	(6.162)	2.015
Ajuste de avaliação patrimonial	-	13
Subtotal	<u>51.051</u>	<u>39.657</u>
Variações nas contas do ativo circulante e não circulante		
Diminuição (aumento) de consumidores e concessionárias	715	(473)
Diminuição (aumento) de recursos vinculados	128	(31.037)
(Aumento) de títulos de créditos a receber	(860)	(788)
(Aumento) diminuição de estoques	228	(119)
(Aumento) diminuição de impostos a recuperar	(4.328)	139
(Aumento) de cauções e depósitos vinculados	(1.071)	(264)
(Aumento) diminuição de Despesas pagas antecipadamente	(1.835)	94
Aumento de outros créditos	(4.200)	(2.496)
	<u>(11.223)</u>	<u>(34.944)</u>
Variações nas contas do passivo circulante e não circulante		
Diminuição de fornecedores	(315)	(1.103)
Aumento de tributos e contribuições sociais	2.101	1.845
Imposto de renda e contribuição social pagos	(1.238)	(188)
(Diminuição) de parcelamento de impostos	(555)	(398)
Aumento de obrigações Estimadas	539	544
(Diminuição) aumento de encargos do consumidor a recolher	(1.723)	122
Aumento de entidades de previdência privada e outras	1.742	2.810
	<u>551</u>	<u>3.632</u>
Caixa Líquido gerado nas atividades operacionais	<u>40.379</u>	<u>8.345</u>
Atividades de investimentos		
Aplicações no investimento	-	(15)
Aplicações no intangível	(19.521)	(15.807)
Contribuições do consumidor, União e Estado	6.838	4.337
Caixa Líquido gerado consumido nas atividades de investimentos	<u>(12.683)</u>	<u>(11.485)</u>
Atividades de financiamento		
Novos empréstimos e financiamentos	524	2.612
Pagamentos de empréstimos - principal	(11.108)	(7.267)
Pagamentos de empréstimos - juros	(13.471)	(13.190)
Liquidação de Instrumentos financeiros derivativos	(933)	(1.220)
Pagamentos de dividendos	(24.424)	(68)
Caixa Líquido consumido nas atividades de financiamento	<u>(49.412)</u>	<u>(19.133)</u>
Variação líquida do caixa	<u>(21.716)</u>	<u>(22.273)</u>
Caixa mais equivalentes de caixa iniciais	<u>78.427</u>	<u>77.983</u>
Caixa mais equivalentes de caixa finais	<u>56.711</u>	<u>55.710</u>
Variação líquida do caixa	<u>(21.716)</u>	<u>(22.273)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Notas explicativas às informações trimestrais
Período findo em 31 de março de 2012
(Em milhares de reais, exceto quando indicado ao contrário)

1 Contexto Operacional

A Energisa Sergipe - Distribuidora de Energia S/A ("Companhia ou Energisa SE") - empresa integrante do GRUPO ENERGISA - é uma concessionária distribuidora de energia elétrica, que atua em 63 municípios no Estado de Sergipe, atendendo a 632.554 consumidores (informação não revisada pelos auditores independentes). A Companhia é uma sociedade anônima de capital aberto e possui sede na cidade de Aracaju, Estado de Sergipe.

As principais obrigações da concessionária, previstas no contrato de concessão conforme ICPC 01 (R1) e ICPC 17, consistem em:

I - Fornecer energia elétrica a consumidores localizados em sua área de concessão, nos níveis de qualidade e continuidade estabelecidos em legislação específica;

II - Realizar as obras necessárias à prestação dos serviços concedidos, reposição de bens, operando a infraestrutura de forma a assegurar a regularidade, continuidade, eficiência, segurança na prestação de serviços e modicidade das tarifas;

III - Organizar e manter registro e inventário dos bens vinculados à concessão e zelar por sua integridade. É vedado à concessionária alienar ou conceder em garantia tais bens sem a prévia e expressa autorização do regulador;

IV - Atender todas as obrigações de natureza fiscal, trabalhista, previdenciária e regulatória, inclusive prestando contas aos consumidores;

V - Implementar medidas que objetivem o combate ao desperdício de energia, através de programas de redução de consumo de energia e inovações;

VI - Submeter à prévia aprovação da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) alterações em seu controle acionário que impliquem em mudanças de controle. Na hipótese de transferência de ações representativas do controle acionário, o novo controlador deverá assinar termo de anuência e submissão às cláusulas do contrato de concessão e às normas legais e regulamentares da concessão; e

VII - A concessão poderá ser extinta pelo término do contrato, encampação do serviço, caducidade, rescisão, irregularidades ou falência da concessionária, podendo ser prorrogada, mediante requerimento da concessionária e a critério exclusivo do Poder Concedente.

As informações referentes a: revisão e reajustes tarifários, classificação da concessão, receita e prazo de concessão, estão apresentados nas notas explicativas nº 9, 16, 25 e 35, respectivamente.

2 Apresentação das informações contábeis intermediárias (informações trimestrais)

As informações contábeis intermediárias (informações trimestrais) da Companhia, aprovadas em 26 de abril de 2012 pelo Conselho de Administração, compreendem:

- As informações contábeis intermediárias individuais elaboradas e apresentadas de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 - Demonstração Intermediária e de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR, identificadas como "Individual - BR GAAP";

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os novos Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovadas pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM.

A Companhia não apurou resultados abrangentes no período corrente.

As demais informações referentes às bases de elaboração, apresentação das informações contábeis intermediárias e resumo das principais práticas contábeis não sofreram alterações em relação àquelas divulgadas na Nota Explicativa 2 às Demonstrações Contábeis Anuais referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2011 (doravante denominadas de “Demonstrações Contábeis de 31 de dezembro de 2011”), publicadas na imprensa oficial em 12 de março de 2012.

Dessa forma, estas informações contábeis intermediárias (informações trimestrais) devem ser lidas em conjunto com as referidas demonstrações contábeis.

3 Adoção dos padrões internacionais de contabilidade

3.1 Novos procedimentos contábeis emitidos pelo IASB

As informações referentes aos novos procedimentos contábeis emitidos pelo IASB não sofreram alterações significativas em relação àquelas divulgadas na Nota Explicativa 3 às Demonstrações Contábeis de 31 de dezembro de 2011.

4 Informações por segmento

Um segmento operacional é um componente da Companhia que desenvolve atividades de negócio das quais pode obter receitas e incorrer em despesas, incluindo receitas e despesas relacionadas com transações com outros componentes da Companhia. Todos os resultados operacionais dos segmentos são revistos frequentemente pela Administração para decisões sobre os recursos a serem alocados ao segmento e para avaliação de seu desempenho, e para o qual informações contábeis individualizadas estão disponíveis.

Os resultados de segmentos que são reportados à Administração incluem itens diretamente atribuíveis ao segmento, bem como aqueles que podem ser alocados em bases razoáveis. O item não alocado compreende principalmente ativos corporativos.

A Companhia atua somente no segmento de distribuição de energia elétrica em 63 municípios no Estado de Sergipe e sua demonstração de resultado reflete essa atividade.

Resultados do 1º trimestre de 2012

5 Caixa e equivalente de caixa, aplicação no mercado aberto e recursos vinculados

a) Caixa e equivalente de caixa

Aplicações financeiras avaliadas ao valor justo por meio do resultado

Instituição financeira	Tipo	Vencimento (*)	Remuneração	31/3/2012	31/12/2011
BIC Banco	CDB	27/2/2012	113,0% do CDI	-	14.938
BMG	CDB	24/1/2014	112,0% do CDI	7.425	7.229
CEF	CDB	14/03/2014 a 13/03/14	100,5% do CDI	27.126	21.748
Mercantil	CDB	9/12/2014	105,0% do CDI	-	2.232
Santander	Debêntures (**)	13/3/2014	103,2% do CDI	7.056	4.941
Standard Bank	CDB	3/2/2012	109,0% do CDI	-	8.819
				41.607	59.907
Aplicações financeiras disponíveis para venda					
CEF	Fundo de Investimento	-	Benchmark CDI	1.221	4.256
HSBC	Fundo de Investimento	-	Benchmark CDI	5.708	5.565
Itaú	Fundo de Investimento	-	Benchmark CDI	109	48
				7.038	9.869
Total				48.645	69.776
Caixa e bancos				8.066	8.651
Total caixa e equivalente de caixa				56.711	78.427

(*) As datas apresentadas representam os vencimentos dos títulos que lastreiam as aplicações financeiras. Por cláusula contratual, essas aplicações são resgatáveis em até 90 dias pelas taxas contratadas.

(**) Operações compromissadas em debêntures - São operações de venda de títulos com compromisso de recompra assumido pelo vendedor, concomitante ao compromisso de revenda assumido pelo comprador. Essas operações possuem liquidez imediata, são remuneradas pelo CDI e estão lastreadas em debêntures emitidas pelo Banco

b) Aplicações no mercado aberto e recursos vinculados

Aplicações financeiras avaliadas ao valor justo por meio do resultado

Instituição financeira	Tipo	Vencimento	Remuneração	31/3/2012	31/12/2011
BES	CDB	10/9/2012	104,5% do CDI	95	93
BIC Banco	CDB	22/2/2013	115,0% do CDI	13.718	13.341
BMG	CDB	10/06/2013 a 16/12/2013	105,0% do CDI a 112,0% do CDI	1.105	1.076
Bradesco	CDB	25/7/2013	99,0% do CDI	241	235
CEF	Poupança	-	Poupança	44	44
Itaú	CDB	05/08/2013 a 03/12/2013	100,0% a 102,0% do CDI	541	528
Itaú	Debêntures (**)	27/11/2012 a 06/12/2013	102,5% a 103,1% do CDI	758	739
Itaú	Fundo de Investimento	-	Benchmark CDI	55	27
Nordeste	CDB	30/11/2012 a 09/09/2019	90,0% a 99,0% do CDI	11.547	12.525
Pine	CDB	21/6/2013	100,0% do CDI	38	37
Standard Bank	CDB	1/2/2013	100,25% do CDI	5	-
				28.147	28.645
Aplicações financeiras disponíveis para venda					
Bradesco	Fundo de Investimento	-	Benchmark CDI	1.234	907
				1.234	907
Aplicações financeiras mantidas até o vencimento					
Itaú(*)	Fundo de Investimento em direitos creditórios	01/11/2012 a 29/12/2020	100,0% do CDI	3.787	3.744
				3.787	3.744
Total aplicações no mercado aberto e recursos vinculados				33.168	33.296
Circulante				29.381	29.552
Não circulante				3.787	3.744

(*) Aplicações em cotas subordinadas do FIDC.

(**) Operações compromissadas em debêntures - São operações de venda de títulos com compromisso de recompra assumido pelo vendedor, concomitante ao compromisso de revenda assumido pelo comprador. Essas operações possuem liquidez imediata, são remuneradas pelo CDI e estão lastreadas em debêntures emitidas pelo Banco

6 Consumidores e concessionárias

Classes de Consumidores	Saldos Vencidos (1)	Vencidos					Total	
		até 30 dias	31 a 90 dias	91 a 180 dias	181 a 360 dias	há mais de 360 dias	31/03/2012	31/12/2011
Residencial	20.240	10.835	2.355	665	285	2	34.382	31.878
Industrial	13.388	777	39	20	158	1.415	15.797	15.398
Comércio, serviços e outras atividades	16.631	2.231	557	377	176	39	20.011	20.168
Rural	2.157	1.036	549	24	24	29	3.819	2.602
Poder público:								
Federal	1.397	106	70	1	-	-	1.574	1.367
Estadual	631	48	32	-	-	-	711	617
Municipal	2.478	188	125	1	-	-	2.792	2.424
Iluminação pública	2.263	94	21	3	6	-	2.387	2.453
Serviço público	3.467	26	3	-	-	-	3.496	3.609
Subtotal - consumidores	62.652	15.341	3.751	1.091	649	1.485	84.969	80.516
Concessionárias (2)	-	-	-	-	-	-	13.765	13.684
Fornecimento não faturado	-	-	-	-	-	-	14.099	17.686
Outras	-	-	-	-	-	-	6.274	7.936
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa	-	-	-	-	-	-	(4.495)	(4.163)
Total	62.652	15.341	3.751	1.091	649	1.485	114.612	115.659
Circulante							107.068	108.115
Não circulante							7.544	7.544

(1) Os vencimentos são programados para o 5º dia útil após a entrega das faturas, exceto os clientes do Poder Público que possuem 10 dias úteis para efetuar os pagamentos.

(2) Inclui energia vendida na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE.

O saldo da conta de consumidores e concessionárias em 31 de março 2012, inclui o registro dos valores referentes à comercialização de energia no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE no montante de R\$7.905 (R\$8.068 em 31 de dezembro de 2011), relativos ao período de setembro de 2000 a dezembro de 2011, deduzido das liquidações parciais ocorridas até 31 de março de 2012. Esses saldos foram apurados com base em cálculos preparados e divulgados pela CCEE.

A composição desses valores, incluindo o saldo registrado na rubrica "fornecedores" no passivo circulante é de R\$2.522 (R\$1.001 em 31 de dezembro de 2011) referente a aquisição de energia na CCEE e R\$312 (R\$312 em 31 de dezembro de 2011) de encargos do serviços do sistema, conforme demonstrados a seguir:

Composição dos créditos da CCEE	31/03/2012	31/12/2011
Saldos a vencer	-	-
Créditos vinculados a liminares até dezembro de 2002	6.387	6.387
Créditos vencidos (*)	1.518	1.681
	7.905	8.068
(-) Aquisição de energia na CCEE	(2.522)	(1.001)
(-) Encargos de serviços no sistema	(312)	(312)
	5.071	6.755

(*) A Companhia possui provisão para crédito de liquidação duvidosa de R\$1.350.

As transações ocorridas a partir de julho/2003, estão sendo liquidadas após 45 dias do mês de competência.

Os valores da energia no curto prazo que se encontram vinculados a liminares, podem estar sujeitos a modificação dependendo de decisão dos processos judiciais em andamento, movido por determinadas empresas do setor, relativos a interpretação das regras do mercado em vigor. Essas empresas, não incluídas na área do racionamento, obtiveram liminar que torna sem efeito o Despacho nº 288 da

Resultados do 1º trimestre de 2012

ANEEL, de 16 de maio de 2002, que objetivou o esclarecimento às empresas do setor sobre o tratamento e a forma de aplicação de determinadas regras de contabilização do MAE (atualmente CCEE), incluídas no Acordo Geral do Setor Elétrico. O pleito dessas empresas envolve a comercialização da cota-parte de Itaipu no submercado Sudeste/Centro-Oeste durante o período de racionamento de 2001 a 2002, quando havia discrepância significativa de preços na energia de curto prazo entre os submercados.

A Companhia não constituiu provisão para créditos de liquidação duvidosa sobre os saldos vinculados às referidas liminares, por entender que os valores serão integralmente recebidos seja dos devedores que questionaram os créditos judicialmente ou de outras empresas que vierem a ser indicadas pela CCEE.

7 Títulos de créditos a receber

Correspondem às contas de energia elétrica em atraso, renegociadas com os consumidores através de Termos de Confissão de Dívida, que na sua grande maioria são atualizados com base na variação do IGPM. Determinadas operações que foram renegociadas com taxas diferentes a praticada para esse conjunto de contas a receber, tiveram seus valores a receber ajustados ao valor presente, com base em taxas de juros específicas que refletem a naturezas destes ativos (IGPM).

Os saldos em 31 de março de 2012 estão demonstrados como se segue:

	<u>31/03/2012</u>	<u>31/12/2011</u>
Títulos de créditos a receber	24.610	24.047
Ajuste a valor presente	(2.595)	(2.891)
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa (*)	(8.707)	(8.732)
	<u>13.308</u>	<u>12.424</u>
Circulante	10.702	10.014
Não circulante	2.606	2.410

(*) Incluído no total apresentado como redutora no ativo circulante.

Em 31 de março de 2012, os títulos de créditos têm seus vencimentos assim programados:

	<u>31/03/2012</u>
Vencidos	8.707
2012	7.544
2013	3.158
2014	1.350
2015	1.691
2016	1.292
2017	868
Subtotal	<u>24.610</u>
Ajuste a valor presente	(2.595)
	<u><u>22.015</u></u>

8 Provisão para créditos de liquidação duvidosa

<u>Movimentação das provisões</u>	<u>31/03/2012</u>	<u>31/12/2011</u>
Saldo inicial	12.895	11.633
Provisões constituídas no exercício	995	3.861
Reversão de provisões no exercício	(688)	(2.599)
Saldo - circulante	<u>13.202</u>	<u>12.895</u>
Consumidores e concessionárias	4.495	4.163
Títulos de créditos a receber	8.707	8.732

A provisão para créditos de liquidação duvidosa foi constituída em bases consideradas suficientes para fazer face às eventuais perdas na realização dos créditos e se baseiam nas instruções da ANEEL, a seguir resumidos:

Clientes com débitos relevantes:

- Análise individual do saldo a receber dos consumidores, por classe de consumo, considerado de difícil recebimento.

Para os demais casos:

- Consumidores residenciais - Vencidos há mais de 90 dias;
- Consumidores comerciais - Vencidos há mais de 180 dias;
- Consumidores industriais, rurais, poderes públicos, iluminação pública, serviços públicos e outros - Vencidos há mais de 360 dias.
- Títulos de créditos a receber com parcelas vencidas há mais de 90 dias, são constituídas provisão dos valores vencidos e vincendos.

9 Revisão e reajuste tarifário

Pela execução dos serviços, a concessionária tem o direito de cobrar dos consumidores às tarifas determinadas e homologadas pelo Poder Concedente. Os valores das tarifas serão reajustados em periodicidade anual e a receita da concessionária será dividida em duas parcelas: Parcela A (composta pelos custos não gerenciáveis) e Parcela B (custos operacionais eficientes e custos de capital). O reajuste tarifário anual tem o objetivo de repassar os custos não gerenciáveis e atualizar monetariamente os custos gerenciáveis.

Revisão tarifária:

A revisão tarifária periódica ocorre a cada 5 anos sendo a próxima revisão em abril de 2013.

Neste processo, a ANEEL procede ao recálculo das tarifas, considerando as alterações na estrutura de custos e mercado da concessionária, estimulando a eficiência e a modicidade das tarifas. Os reajustes e as revisões são mecanismos de atualização tarifária, ambos previstos no contrato de concessão. A Concessionária também pode solicitar uma revisão extraordinária sempre que algum evento provoque significativo desequilíbrio econômico-financeiro da concessão.

Reajustes tarifários:

Em 20 de abril de 2011, por meio da Resolução nº 1.137, foi homologado o reajuste tarifário da Companhia em vigor desde 22 de abril de 2011. O impacto tarifário médio percebido pelos consumidores foi de 11,42%.

10 Recomposição tarifária extraordinária (RTE)

A ANEEL editou a Resolução Normativa nº 387/2009, estabelecendo nova metodologia de cálculo do repasse de energia livre devidos aos geradores, abrangendo a todo o período de faturamento da RTE (2002 a 2008).

Com a aplicação da nova metodologia, a Companhia apurou novos e definitivos valores a pagar aos geradores.

Resultados do 1º trimestre de 2012

Em 31 de março de 2012 e 31 de dezembro de 2011 os saldos a pagar montam R\$357 e encontram-se registrados na rubrica fornecedores.

11 Baixa renda e outros créditos

	<u>31/03/2012</u>	<u>31/12/2011</u>
Baixa renda	7.596	4.320
Outros (*)	33.744	32.795
	<u>41.340</u>	<u>37.115</u>

(*) Inclui R\$13.738 (R\$12.447 em 31 de dezembro de 2011), referente aos programas de eficiência energética (PEE) e de pesquisa e desenvolvimento (P&D).

Segue a movimentação do baixa renda:

	<u>31/03/2012</u>	<u>31/12/2011</u>
Saldo - inicial	4.320	4.451
Subvenção Baixa Renda	10.043	23.654
Ressarcimento pela Eletrobrás	(6.767)	(23.785)
Saldo - final - circulante	<u>7.596</u>	<u>4.320</u>

Esses créditos referem-se a subvenção da classe residencial baixa renda, das unidades consumidoras com consumo mensal inferior a 220 KWh, desde que cumpridos certos requisitos. Essa receita é custeada com recursos financeiros oriundos da RGR - Reserva Global de Reversão e da CDE - Conta de Desenvolvimento Energético ambos sob a administração da Eletrobrás. Os saldos ainda não ressarcidos estão registrados no balanço patrimonial na rubrica "baixa renda e outros créditos" no ativo circulante. A Administração não espera apurar perdas na realização do saldo.

12 Impostos a recuperar

	<u>31/03/2012</u>	<u>31/12/2011</u>
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS	15.013	15.190
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	779	1.903
Imposto de Renda - IRPJ	3.936	2.012
Contribuição Social Sobre o Lucro - CSSL	302	389
PIS e COFINS	21.749	19.008
Outros	2.021	1.993
	<u>43.800</u>	<u>40.495</u>
Circulante	27.500	24.154
Não circulante	16.300	16.341

13 Transações com partes relacionadas

A controladora Energisa S/A presta serviços administrativos a Companhia, os quais foram efetuados em condições usuais de mercado e estão suportados por contratos aprovados pela ANEEL. As transações efetuadas no período findo em 31 de março de 2012 e 2011 montaram em R\$3.024 e R\$2.846, respectivamente. O saldo a pagar registrado na rubrica fornecedores monta em R\$961 (R\$982 em 31 de dezembro de 2011).

A Companhia é controlada pela ENERGISA S/A, (100% do capital total), que por sua vez detém o controle acionário da Energisa Paraíba - Distribuidora de Energia S/A, Energisa Borborema - Distribuidora de Energia S/A, Energisa Minas Gerais - Distribuidora de Energia S/A, Energisa Nova Friburgo - Distribuidora de Energia S/A, Energisa Soluções S/A, Energisa Comercializadora Ltda.,

Resultados do 1º trimestre de 2012

Energisa Serviços Aéreos S/A, Energisa Planejamento e Corretagem de Seguros Ltda., Energisa Geração Rio Grande S/A, Termosergipe S/A, Pequena Central Hidrelétrica Zé Tunim, Energisa Geração Usina Maurício, as empresas eólicas (Renascenças I, II, III e IV, Ventos do São Miguel Energias Renováveis e Parque Eólico Sobradinho), (empresas ligadas da Companhia).

Remuneração dos administradores

Em 31 de março de 2012, a remuneração dos membros do Conselho de Administração foi de R\$126 (R\$123 em 31 de março de 2011) e da Diretoria foi de R\$285 (R\$325 em 31 de março de 2011). Além da remuneração, a Companhia é patrocinadora dos benefícios de previdência privada, seguro saúde e seguro de vida para seus diretores, sendo a despesa no montante de R\$81 (R\$72 em 31 de março de 2011). Os encargos sociais sobre as remunerações totalizaram R\$105 (R\$115 em 31 de março de 2011).

Em 31 de março de 2012, a maior e a menor remuneração atribuídas a dirigentes, relativas ao mês de março, foram de R\$36 e R\$3 (R\$40 e R\$3 em 31 de março de 2011), respectivamente. A remuneração média em 31 de março de 2012 foi de R\$11 (R\$12 em 31 de março de 2011).

Na AGO de abril de 2012, foi aprovado o limite global da remuneração anual dos administradores para o exercício de 2012 em R\$4.209.

14 Impostos diferidos e despesa de imposto de renda e contribuição social corrente

Os impostos diferidos são oriundos de prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social, assim como diferenças temporárias, registrados segundo as normas dos CPC 32 e apresentado conforme normas do CPC 26.

A seguir está apresentada a estimativa consolidada para as realizações dos impostos diferidos. As projeções de resultados utilizadas no estudo de recuperabilidade desses ativos, foram aprovados pelos Conselhos de Administração.

Período	Realizações de Créditos fiscais
2012	2.651
2013	1.817
2014	1.817
2015	1.817
2016	1.817
2017 a 2021	8.765
Total	18.684

Os valores de imposto de renda e contribuição social que afetaram o resultado do exercício, bem como a compensação dos créditos tributários registrados, são demonstrados como segue:

	31/03/2012	31/03/2011
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	25.422	8.857
Alíquota fiscal combinada	34%	34%
Despesa de imposto de renda e da contribuição social calculados às alíquotas fiscais combinadas	(8.643)	(3.011)
Ajustes:		
Exclusões - Incentivo fiscal - SUDENE (*)	2.458	2.403
Outras adições	60	59
Despesa de imposto de renda e contribuição social	(6.125)	(549)
Alíquota efetiva	24,1%	6,2%

(*) Os valores de redução do imposto de renda e adicionais - Incentivo SUDENE- auferidos em 31 de março de 2012, no montante de R\$2.458 (R\$2.403 em 31 de março de 2011) foi registrado diretamente na demonstração de resultado do exercício na rubrica "imposto de renda" de acordo com a Lei nº 11.638/07 e Medida Provisória nº 449/08.

A Companhia possui redução do imposto de renda e adicionais até o exercício de 2013. O referido benefício fiscal consiste de redução de até 75% do Imposto de Renda calculado sobre o lucro de exploração.

Impostos diferidos reconhecidos no balanço:

	<u>31/3/2012</u>	<u>31/12/2011</u>
Ativo		
Prejuízo fiscal	126	1.179
Base negativa da Contribuição Social sobre o Lucro	32	539
Diferenças temporárias (1)		
Imposto de Renda	13.733	13.360
Contribuição Social	4.793	4.658
Total - não circulante	<u>18.684</u>	<u>19.736</u>
	<u>31/3/2012</u>	<u>31/12/2011</u>
Passivo		
Diferenças temporárias (1)		
Imposto de Renda	4.706	4.291
Contribuição Social	1.694	1.545
Total - não circulante	<u>6.400</u>	<u>5.836</u>

(1) Essas diferenças temporárias se referem principalmente a provisões e resultado de operações de swaps.

15 Contas a receber da concessão

A Companhia possui saldo de R\$81.561 (R\$34.021 em 31 de dezembro de 2011) no não circulante referente a crédito a receber do Poder Concedente relacionado ao direito incondicional de receber caixa ao final da concessão, a título de indenização pelos investimentos efetuados e não recuperados por meio da prestação de serviços outorgados. Estes ativos financeiros são avaliados com base no valor residual histórico dos ativos vinculados à concessão e que serão reversíveis ao Poder Concedente no final da concessão.

A ANEEL emitiu em 7 de fevereiro de 2012, a Resolução Normativa nº 474, que estabeleceu nova vida útil econômica para os ativos vinculados à concessão, convertidas em taxas anuais de depreciação, com aplicação retroativa a 1º de janeiro de 2012.

No entendimento da Administração da Companhia esse fato alterou as condições contratuais da concessão relacionadas à forma de remunerar a Companhia pelos investimentos realizados na infraestrutura vinculados à prestação de serviços outorgados.

Em virtude de o ICPC 01 (IFRIC 12) ser omissivo sobre o tratamento contábil dessa situação, a Administração exerceu seu julgamento na aplicação de uma política contábil que refletisse a essência econômica dessa alteração e representasse adequadamente a posição patrimonial, conforme requerido pelo CPC 23 (IAS 8), item 10.

Como resultado dessa análise, o acréscimo no saldo do ativo financeiro indenizável, no valor de R\$ 45.041, apurado em 1º de janeiro de 2012, foi registrado em contrapartida ao saldo do ativo intangível, para refletir a nova parcela que será recuperada diretamente do Poder Concedente no final da concessão. Como decorrência desse registro contábil ocorreu uma redução equivalente no saldo do ativo intangível para adequar a parcela que será recuperada através da prestação dos serviços outorgados (venda de energia).

Resultados do 1º trimestre de 2012

Esse direito está classificado como empréstimos e recebíveis no não circulante. Em 31 de março de 2012, o saldo dessa rubrica monta:

Movimentação	31/3/2012	31/12/2011
Saldo - inicial	34.021	22.673
Adições	47.716	11.348
Baixas	(176)	-
Saldo - final - não circulante	81.561	34.021

16 Intangível

	31/03/2012	31/12/2011
Contrato de concessão e estudos e projetos	255.715	295.984
Direito de concessão	346.590	351.138
Total	602.305	647.122

a) Contrato de concessão

Referem-se à parcela da infraestrutura utilizada na concessão da distribuição de energia elétrica a ser recuperada pelas tarifas elétricas durante o prazo da concessão.

	Saldo Inicial 31/12/2011	Adição	Transferências	Baixas	Amortização	Saldo Final 31/03/2012
Em Serviço						
Custo	722.459	-	5.234	(62.498)	-	665.195
Amortização	(301.151)	-	-	936	(7.149)	(307.364)
Subtotal	421.308	-	5.234	(61.562)	(7.149)	357.831
Em Curso (*)	80.842	19.521	(5.234)	(2.675)	-	92.454
Total	502.150	19.521	-	(64.237)	(7.149)	450.285
Obrigações Especiais						
Em Serviço						
Custo	156.971	-	2.120	(16.110)	-	142.981
Amortização	(25.099)	-	-	-	(2.152)	(27.251)
Subtotal	131.872	-	2.120	(16.110)	(2.152)	115.730
Em Curso (*)	74.294	6.838	(2.120)	(172)	-	78.840
Total	206.166	6.838	-	(16.282)	(2.152)	194.570
Total Geral	295.984	12.683	-	(47.955)	(4.997)	255.715

(*) As baixas em curso, referem-se às transferências para contas a receber da concessão.

A infraestrutura utilizada pela Companhia nas suas operações, são vinculadas ao serviço público de energia, não podendo ser retiradas, alienadas, cedidas ou dadas em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do Órgão Regulador. A Resolução ANEEL nº 20/99, regulamenta a desvinculação da infraestrutura das concessões do Serviço Público de Energia Elétrica, concedendo autorização prévia para sua desvinculação quando destinados à alienação, determinando, ainda, que o produto da alienação seja depositado em conta bancária específica e os recursos reinvestidos na infraestrutura da própria concessão.

A amortização está sendo efetuada pelo prazo da concessão com base nos benefícios econômicos gerados anualmente. A taxa média de amortização utilizada é de (3,70%).

A partir da segunda revisão tarifária periódica, as obrigações vinculadas a concessão (obrigações especiais) passaram a ser amortizadas pela taxa média de amortização dos ativos.

Resultados do 1º trimestre de 2012

O saldo do intangível está reduzido pelas obrigações vinculadas a concessão, que são representadas por:

Obrigações vinculadas à concessão:	31/03/2012	31/12/2011
Contribuições do consumidor	76.488	73.311
Participação da União - recursos CDE	135.039	131.379
Participação do Governo do Estado	40.918	40.918
Reserva para reversão	302	302
(-) Amortização acumulada	(27.251)	(25.099)
Total	225.496	220.811
Alocação:		
Contas a receber da concessão	30.926	14.645
Infraestrutura - Intangível em serviço	115.730	131.872
Infraestrutura - Intangível em curso	78.840	74.294
Total	225.496	220.811

- As contribuições de consumidores representam a participação de terceiros em obras para fornecimento de energia elétrica em áreas não incluídas nos projetos de expansão das concessionárias de energia elétrica.
- As subvenções da União - recursos CDE e a participação do Governo do Estado, são provenientes da Conta de Desenvolvimento Energético - CDE e estão destinados ao Programa Luz para Todos.
- A reserva para reversão constituída até 31 de dezembro de 1971, representa o montante de recursos provenientes do fundo de reversão, os quais foram aplicados em projetos de expansão da Companhia, incidindo juros de 5 % a.a. pagos mensalmente.

b) Direito de concessão

O ágio incorporado pela Companhia está sendo amortizado a partir de abril de 1998 até o término de concessão de distribuição de energia elétrica - dezembro de 2027, tomando-se por base as curvas de rentabilidade projetadas. A amortização do ágio gera um benefício fiscal da ordem de 34%. Em 31 de março de 2012, a previsão de amortização do ágio e do benefício fiscal é como segue:

Período de amortização	Saldo	Redução do imposto de renda e contribuição social
2012 e 2013	32.336	10.993
2014 e 2015	38.899	13.226
2016 e 2017	40.920	13.913
2018 e 2019	42.935	14.598
2020 e 2021	44.940	15.280
2022 e 2023	46.924	15.954
2024 em diante	99.636	33.876
Total	346.590	117.840

A movimentação está apresentada a seguir:

	31/03/2012	31/12/2011
Saldo - inicial	351.138	368.828
Amortização no exercício	(4.548)	(17.690)
Saldo - final	346.590	351.138

Resultados do 1º trimestre de 2012

17 Fornecedores

	31/03/2012	31/12/2011
Suprimento (1):		
CCEE	2.522	1.001
Contratos Bilaterais (1)	36.178	33.514
Uso de rede básica (1)	3.545	3.574
Conexão à rede (1)	304	304
Materiais, serviços e outros (2)	6.566	11.037
	49.115	49.430
Circulante	47.305	47.620
Não Circulante	1.810	1.810

1 Refere-se à aquisição de energia elétrica de geradores, uso da rede básica e uso do sistema de distribuição, cujo prazo médio de liquidação é de 25 dias.

2 Refere-se às aquisições de materiais, serviços e outros, necessários à execução, conservação e manutenção dos serviços de distribuição e comercialização de energia elétrica, com prazo médio de liquidação de 40 dias.

18 Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas

Operações	Principal				
	Encargos da dívida	Circulante	Não Circulante	31/03/2012	31/12/2011
Em moeda nacional					
Fundo de Investimento em Direitos Creditórios- Grupo Energisa II(*)	128	9.488	-	9.616	13.154
Fundo de Investimento em Direitos Creditórios- Grupo Energisa III(*)	121	-	15.000	15.121	15.135
Eletrobrás - Luz para Todos - 1ª tranche	12	139	593	744	785
Eletrobrás - Luz para Todos - 2ª tranche	46	382	2.410	2.838	2.955
Eletrobrás - Luz para Todos - 3ª tranche	67	474	2.853	3.394	3.506
Eletrobrás - Luz para Todos - 4ª tranche	-	27	429	456	455
Eletrobrás - Luz para Todos - 5ª tranche	-	10	279	289	286
Eletrobrás - Subtransmissão	83	2.045	3.641	5.769	6.123
Eletrobrás - Luz no Campo	9	110	-	119	190
Eletrobrás - Devolução LPT	-	14.068	(1)	14.067	16.478
Banco do Nordeste - Financ. Investimentos 2005-2006 (FNE)	7	3.268	-	3.275	4.758
Banco do Nordeste - Financ. Investimentos 2007-2008 (FNE)	16	2.229	10.664	12.909	13.537
Banco do Nordeste - Financ. Investimentos 2007-2008 (FAT)	1.235	4.010	5.640	10.885	11.280
Banco do Nordeste - Financ. Investimentos 2009-2010 (FNE)	284	1.947	21.406	23.637	23.642
Banco HSBC - repasse FINAME	-	-	-	-	-
Banco Itaú - repasse FINAME	32	186	3.415	3.633	3.138
Financiamento INERGUS PO	-	1.318	21.950	23.268	23.430
Financiamento INERGUS PSI	-	4.628	20.782	25.410	23.518
Total em moeda nacional	2.040	44.329	109.061	155.430	162.370
Em moeda estrangeira					
NOTES UNITS	4.546	-	195.121	199.667	211.484 (1)
Total em moeda estrangeira	4.546	-	195.121	199.667	211.484
(-) custos de captação incorridos na contratação	(12)	(156)	(6.603)	(6.771)	(7.090)
Total ENERGISA SERGIPE	6.574	44.173	297.579	348.326	366.764
(*) Para garantia do pagamento das parcelas de curto prazo, a Companhia mantém aplicações financeiras no montante R\$15.334 (R\$16.269 em 31 de dezembro de 2011), registrados na rubrica, "recursos vinculados" no ativo circulante e não circulante.					
(1) O contrato relativo às NOTES UNITS, possui cláusulas restritivas que, em geral, requerem a manutenção de certos índices financeiros em determinados níveis. O descumprimento desses índices pode implicar em vencimento antecipado das dívidas. Em 31 de março de 2012, as exigências contratuais foram cumpridas. Os referidos contratos possuem proteção de swap cambial e instrumento financeiro derivativo.					

Resultados do 1º trimestre de 2012

Condições contratuais dos empréstimos e financiamentos em 31 de março de 2012:

Operação	Características da Operação			Prazo Médio meses	Custo da Dívida			Ref
	Vencimento	Periodicidade Amortização	Garantias Reais		Indexador	Tx de Juros aa		
Fundo de Investimento em Direitos Creditórios- Grupo Energisa II	nov-2012	mensal	Recebíveis	4	CDI	+	0,8%	
Fundo de Investimento em Direitos Creditórios- Grupo Energisa III	dez-2020	mensal, após dez.2017	Recebíveis	87	CDI	+	0,7%	
Eletrobrás - Luz para Todos - 1ª tranche	out-2016	mensal	Recebíveis	28	RGR	+	5,0%	
Eletrobrás - Luz para Todos - 2ª tranche	abr-2018	mensal	Recebíveis	37	RGR	+	5,0%	
Eletrobrás - Luz para Todos - 3ª tranche	out-2019	mensal	Recebíveis	45	RGR	+	5,0%	
Eletrobrás - Luz para Todos - 4ª tranche	jul-2022	mensal, após jul.2012	Recebíveis	65	RGR	+	5,0%	
Eletrobrás - Luz para Todos - 5ª tranche	out-2022	mensal, após out.2012	Recebíveis	68	RGR	+	5,0%	
Eletrobrás - Subtransmissão	mar-2016	mensal	Recebíveis	22	RGR	+	5,0%	
Eletrobrás - Luz no Campo	jul-2012	mensal	Recebíveis	2	RGR	+	5,0%	
Eletrobrás - Devolução LPT	jan 2013	mensal	-	7	Selic Acumulada			
Banco do Nordeste - Financ.Investimentos 2005-2006 (FNE)	nov-2012	mensal	Recebíveis + Fundo Reserva	4	pré-fixado		7,9%	(2)
Banco do Nordeste - Financ.Investimentos 2007-2008 (FNE)	jun-2017	mensal	Recebíveis + Fundo Reserva	33	pré-fixado		8,3%	(2)
Banco do Nordeste - Financ.Investimentos 2007-2008 (FAT)	jun-2017	mensal	Recebíveis + Fundo Reserva	22	TJLP	+	4,0%	(2)
Banco do Nordeste - Financ.Investimentos 2009-2010 (FNE)	ago-2019	mensal, após ago.2012	Recebíveis + Fundo Reserva	48	pré-fixado		8,4%	(2)
Banco Itaú BBA - FINAME	Ate fev-2021	mensal	Aval Energisa S/A	58	pré-fixado		De 4,5% a 5,5%	
Financiamento Inergus - PO	mar-2029	mensal	Fiança Energisa S/A	103	INPC/IPCA	+	6,0%	
Financiamento Inergus - PSI	set-2021	mensal	Fiança Energisa S/A	53	INPC/IPCA	+	6,0%	
Notes Units	jul-2013	final	-	16	Dólar	+	10,5%	(1)

1 - Possui Swap.
2 - Considera Bônus de adimplemento 25% e 15% sobre juros, para investimentos no semi-árido e fora do semi-árido, respectivamente.

Em 31 de março de 2012, os financiamentos de longo prazo têm seus vencimentos assim programados:

	31/03/2012
2013	199.622
2014	13.776
2015	13.657
2016	12.708
2017	10.376
Após 2017	47.440
Total	297.579

19 Debêntures (não conversíveis em ações)

Principais características das debêntures:

	1ª Emissão (1)	2ª Emissão	Total
Tipo de emissão	Pública	Pública	
Data de emissão	08/11/2007	15/12/2009	
Data de vencimento	08/11/2015	15/12/2014	
Garantia	Quirografária com fiança da Energisa S/A	Quirografária	
Rendimentos	Variação Cambial + 8,85% a.a	CDI + 1,9% a.a	
Quantidade de títulos	42.000	60.000	
Valor na data de emissão	73.248	60.000	
Títulos em circulação	42.000	60.000	
Carência de Juros	6 meses	6 meses	
Amortizações/parcelas	3 anuais	Final	
Saldos em 31/03/2012 (2)	79.467	61.756	141.223
Circulante	3.335	2.065	5.400
Não circulante	76.132	59.691	135.823
Saldos em 31/12/2011 (2)	79.548	60.010	138.558
Circulante	1.160	319	1.479
Não circulante	78.388	59.691	138.079

(1) Possuem proteção de swap cambial e instrumentos financeiros derivativos

(2) Deduzido de R\$766 (R\$766 em 31 de dezembro de 2011) referente a custos de captação incorridos na contratação.

As debêntures possuem cláusulas restritivas que em geral, requerem a manutenção de certos índices financeiros em determinados níveis. O descumprimento desses níveis pode implicar em vencimento antecipado das dívidas. Em 31 de março de 2012 as exigências contratuais foram cumpridas.

Em 31 de março de 2012 as debêntures têm seus vencimentos assim programados:

	31/03/2012
2013	25.377
2014	85.069
2015	25.377
Total	135.823

20 Tributos e contribuições sociais

	31/03/2012	31/12/2011
ICMS	15.798	14.429
Encargos Sociais	1.071	1.139
IRPJ	3.186	677
CSSL	3.056	2.817
PIS/COFINS	12.298	10.354
Outros	610	1.201
Total	36.019	30.617
Circulante	34.692	29.290
Não circulante	1.327	1.327

21 Parcelamento de impostos

Descrição	31/03/2012	31/12/2011
Benefício da Lei 11.941/2009 - Refis IV	8.543	9.072
Número de parcelas	61	63
Parcelamento ICMS	9	35
Número de parcelas	1	4

A Companhia aderiu ao programa do Novo REFIS instituído pela Lei 11.941/2009, o qual está sendo liquidado pela prestação mínima até a consolidação dos débitos.

Em 31 de março de 2012, o saldo desse parcelamento é no montante de R\$8.543 (R\$ 9.072 em 31 de dezembro de 2011).

A Companhia também possui parcelamento de débitos fiscais de ICMS junto ao Governo Estadual, no montante de R\$9 (R\$ 35 em 31 de dezembro de 2011).

Em 31 de março de 2012 e 31 de dezembro de 2011, o saldo dos impostos parcelados no consolidado está assim programada:

	31/03/2012	31/12/2011
2012	1.368	2.078
2013	1.678	1.654
Após 2013	5.506	5.375
Total	8.552	9.107
Circulante	1.798	2.078
Não circulante	6.754	7.029

22 Provisões para riscos trabalhistas, civis e fiscais:

A Administração da ENERGISA SE, fundamentada na opinião de seus consultores jurídicos, constituiu provisão para contingências de natureza trabalhistas, cíveis e fiscais, como segue:

	Saldo inicial 31/12/2011	Provisões constituídas	Reversões de provisões	Atualização	Saldo final 31/03/2012
Trabalhistas	15.021	1.360	(451)	220	16.150
Cíveis	5.208	53	(161)	75	5.175
Total	20.229	1.413	(612)	295	21.325
Depósitos e cauções vinculados (*)	(13.227)				(14.357)

(*) A Companhia possui depósitos e cauções vinculados no ativo não circulante, no montante de R\$21.915 (R\$20.844 em 31 de dezembro de 2011), sendo que R\$7.558(R\$7.617 em 31 de dezembro de 2011) não foram constituídas provisões para contingências, pelo fato do prognóstico de êxito ser possível ou provável.

Perdas prováveis
Trabalhistas

A assessoria jurídica da Companhia, baseada na posição de advogados externos, quando aplicável, atualizou a revisão dos processos trabalhistas em andamento e, concluiu que a provisão deveria ser

Resultados do 1º trimestre de 2012

complementada em R\$1.360 (R\$ 3.565 em 31 de dezembro de 2011) e revertida no montante no R\$451 (R\$ 5.582 em 31 de dezembro de 2011).

A maioria dessas ações tem por objeto pedido de horas extras, equiparação salarial, FGTS e verbas contratuais/legais.

Cíveis

Nos processos cíveis discutem-se principalmente indenizações por danos morais/materiais e reclamações de consumidores, envolvendo débitos de energia.

Em 31 de março de 2012 foi registrado complemento de provisões no montante de R\$53 (R\$2.066 em 31 de dezembro de 2011) e reversão de provisões de R\$161 (R\$ 2.119 em 31 de dezembro de 2011).

Perdas Possíveis

A Companhia possui processos de naturezas trabalhistas, cíveis e fiscais em andamento em um montante de R\$96.927 (R\$96.323 em 31 de dezembro de 2011), cuja probabilidade de êxito foi estimada como possível, não requerendo a constituição de provisão.

Segue os comentários de nossos consultores jurídicos referente as ações consideradas com riscos possíveis:

Trabalhistas

Referente a reclamações trabalhistas no montante de R\$7.390 (R\$ 8.358 em 31 de dezembro de 2011), que têm por objeto a cobrança de verbas contratuais/legais por responsabilidade subsidiária de empresas terceirizadas, bem como a cobrança de contribuição sindical.

Cíveis

Esses processos, no montante de R\$18.658 (R\$18.119 em 31 de dezembro de 2011), têm por objeto pedido relacionados a indenizações por danos morais/materiais e reclamações de consumidores envolvendo débitos de energia.

Fiscais

Referem-se a processos, no montante de R\$70.879 (R\$ 69.846 em 31 de dezembro de 2011), que têm por objeto pedido relacionados a diferenças de tributos e contribuições - IRPJ/CSLL/PIS/COFINS/INSS.

23 Patrimônio líquido

24.1 Capital Social

O capital social subscrito e integralizado está representado por 122.147 ações ordinárias e 73.373 ações preferenciais. As ações preferenciais não possuem direito de voto e tem prioridade no reembolso do capital no caso de liquidação da Companhia e na distribuição de dividendos mínimos, não cumulativos, de 10% a.a sobre o capital próprio atribuído a essa espécie de ações.

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 29 de abril de 2011, foi aprovado aumento de capital da Companhia em R\$8.171, sem emissão de novas ações, mediante capitalização do saldo acumulado até 31 de dezembro de 2010 da Reserva de incentivo fiscal - Redução de Imposto de Renda, passando o capital social para 319.239 em 31 de dezembro de 2011.

O capital social da Companhia poderá ser aumentado, por subscrição, independentemente de modificação estatutária até o limite de 450 mil ações, sendo até 150 mil ações ordinárias e até 300 mil ações preferenciais, cabendo ao Conselho de Administração a deliberação sobre forma, condições da subscrição e integralização das ações bem como as características das ações a serem emitidas e o preço de emissão.

Resultados do 1º trimestre de 2012

A Companhia adquiriu, para permanência em tesouraria, conforme autorizado pelo seu Conselho de Administração, 11 ações ordinárias de sua própria emissão, que se encontram registradas na rubrica “ações em tesouraria”, no patrimônio líquido pelo valor de R\$18. Por se tratar de uma subsidiária integral as ações da Companhia não possuem valor de mercado.

24.2 Dividendos

O Estatuto Social determina a distribuição de um dividendo obrigatório de 25% do lucro líquido do exercício, ajustado nos termos do artigo nº 202 da Lei nº 6.404, de 15/12/76.

Em 31 de dezembro de 2011, por esses dividendos serem superiores aos mínimos obrigatórios e aprovados em período subsequentes ao encerramento do exercício, foram registrados na rubrica específica de dividendos a pagar dentro do próprio Patrimônio Líquido, de acordo com as normas do CPC-08. O Conselho de Administração deliberou em 14 de fevereiro de 2012 o pagamento dos dividendos adicionais no montante de R\$15.769 (R\$80.65 por ação) em 30 de março de 2012.

24 Receitas operacionais

	31/3/2012			31/03/2011		
	Não revisado			Não revisado		
	Nº de consumidores	MWh	R\$	Nº de consumidores	MWh	R\$
Residencial	566.490	218.282	101.330	542.367	209.300	84.274
Industrial	2.728	85.587	27.223	2.796	86.089	23.547
Comercial	38.263	127.122	56.665	34.650	115.346	46.573
Rural	17.843	31.973	6.233	17.335	27.308	5.239
Poder Público:						
Federal	110	7.929	2.964	110	7.802	2.619
Estadual	4.560	16.173	6.155	4.544	15.913	5.439
Municipal	760	7.609	2.896	757	7.487	2.559
Iluminação Pública	568	35.439	6.634	536	34.885	5.864
Serviço Público	1.166	52.812	10.113	1.084	49.446	8.913
Consumo Próprio	52	768	-	53	773	-
Subtotal	632.540	583.694	220.213	604.232	554.349	185.027
Receita de Remuneração dos Ativos da Concessão	-	-	876	-	-	567
Suprimento	2	66.356	5.916	2	60.770	5.994
Fornecimento não faturado (líquido)	-	1.489	(3.585)	-	2.470	811
Disponibilização do sistema de transmissão e de distribuição	-	-	13.359	-	-	10.725
Venda de Energia a Cons. Livres	12	-	-	8	-	-
Receita de Construção	-	-	15.856	-	-	14.322
Outras receitas operacionais	-	-	3.515	-	-	3.911
Total	632.554	651.539	256.150	604.242	617.589	221.357
Deduções da Receita Operacional						
ICMS	-	-	46.349	-	-	38.807
PIS	-	-	3.965	-	-	3.408
COFINS	-	-	18.262	-	-	15.702
ISS	-	-	34	-	-	9
Quota para RGR	-	-	1.485	-	-	1.424
Programa de Eficiência Energética - PEE	-	-	774	-	-	679
Conta de Desenvolvimento Energia CDE	-	-	1.434	-	-	1.274
Conta Consumo Combustível - CCC	-	-	7.551	-	-	6.969
Programa de Pesquisa e Desenvolvimento- P&D	-	-	1.239	-	-	1.086
Total - deduções da receita operacional	-	-	81.093	-	-	69.358
Total Receita Operacional Líquida	632.554	651.539	175.057	604.242	617.589	151.999

25 Cobertura de seguros

A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos aos riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. Os seguros da Companhia são contratados conforme os preceitos de gerenciamento de riscos e seguros geralmente empregados por empresas de distribuição de energia elétrica. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo da revisão das informações contábeis intermediárias e, conseqüentemente, não foram revisadas pelos nossos auditores independentes.

As apólices de riscos nomeados e responsabilidade civil são contratadas em conjunto com as demais empresas do Grupo Energisa, sendo o limite máximo de indenização os montantes constantes da cobertura securitária.

As principais coberturas são:

	Data de Vencimento	Importância Segurada	Prêmio Anual	
			2011	2010
Ramos				
Riscos Nomeados	23/10/2012	26.100	152	125
Responsabilidade Civil Geral	23/10/2012	33.953	166	160
Automóveis - Danos Materiais e Corporais a Terceiros.	23/10/2012	até R\$200 / veículo	85	80
Vida em Grupo - Morte e Acidentes Pessoais	31/12/2012	46.939	192	251
			595	616

Riscos Nomeados

Na apólice contratada foram destacadas as subestações, prédios e equipamentos com seus respectivos valores segurados e seus limites máximos de indenização. Possui cobertura securitária básica tais como incêndio, raio e explosão de qualquer natureza, danos elétricos, queda de aeronave, impacto de veículo aéreo e terrestre, tumultos, equipamentos móveis, alagamento/inundação, pequenas obras de engenharia, despesas extraordinárias, inclusão / exclusão de Bens e locais, erros e omissões.

Responsabilidade Civil

Apólice contratada na modalidade GERIP, possui cobertura securitária para Danos Morais, Materiais e Corporais causados a terceiros em decorrência das operações da Empresa.

Automóveis

A Companhia mantém cobertura securitária para RCF/V - Responsabilidade Civil Facultativa/Veículos, garantindo aos terceiros envolvidos em sinistros, cobertura de danos pessoais e/ou materiais incorridos.

Vida em Grupo e Acidentes Pessoais

Garante cobertura securitária no caso de morte por qualquer causa, invalidez permanente total ou parcial por acidente e invalidez funcional permanente de seus empregados.

26 Instrumentos financeiros e gerenciamento de risco

Abaixo, são comparados os valores contábeis e valor justo dos ativos e passivos de instrumentos financeiros:

	31/03/2012		31/12/2011	
	Contábil	Valor justo	Contábil	Valor justo
ATIVO				
Caixa e equivalente de caixa	56.711	56.711	78.427	78.427
Aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados	33.168	33.168	33.296	33.296
Consumidores e concessionárias	114.612	114.612	115.659	115.659
Títulos de créditos a receber e outros	13.308	13.308	12.424	12.424
Conta a receber da concessão	36.520	36.520	34.021	34.021
PASSIVO				
Fornecedores	(49.115)	(49.115)	(49.430)	(49.430)
Empréstimos, financiamentos, encargos de dívidas e debêntures	(489.549)	(518.977)	(506.322)	(537.897)

Em atendimento à Instrução CVM nº 475/2008 e à Deliberação nº 604/2009, a descrição dos saldos contábeis e do valor justo dos instrumentos financeiros inclusos no balanço patrimonial em 31 de março de 2012 e 31 de dezembro de 2011, estão identificadas a seguir:

Não derivativos - classificação e mensuração
Empréstimos e recebíveis:

Inclui, caixa e equivalente de caixa, clientes, consumidores e concessionárias, títulos de créditos a receber, outros créditos e contas a receber da concessão. São inicialmente mensurados pelo custo amortizado usando-se a taxa de juros efetiva, sendo seus saldos aproximados ao valor justo.

Aplicações no mercado aberto e recursos vinculados:

Os saldos das aplicações financeiras em Certificados de Depósitos Bancários e fundos de investimento são avaliados ao seu valor justo por meio do resultado, avaliações a mercado e/ou taxas de juros efetiva.

Passivos financeiros pelo custo amortizado:

Fornecedores - são mensurados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridos até a data do balanço, sendo o seu valor contábil aproximado de seu valor justo.

Empréstimos e financiamentos e encargos de dívidas e debêntures

Tais instrumentos financeiros estão classificados como passivos financeiros ao custo amortizado. Os valores contábeis dos empréstimos e financiamentos, obtidos em moeda nacional, junto às Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - Eletrobrás, BNB e BNDES se aproximam de seus respectivos valores justos, já que operações similares não estão disponíveis no mercado financeiro, com vencimentos e taxas de juros comparáveis. No caso dos empréstimos dos BONDS, Fundos de Investimentos em Direitos Creditórios e a 1ª e 2ª emissão de debêntures, o valor contábil difere do valor justo, em face de existir um mercado de negociação para os títulos.

Derivativos

É importante ressaltar que o valor justo estimado de ativos e passivos financeiros foi determinado por meio de informações disponíveis no mercado e por metodologias apropriadas de avaliações. Entretanto, considerável julgamento foi requerido na interpretação dos dados de mercado para produzir a estimativa do valor justo mais adequado. Como consequência, as estimativas utilizadas e apresentadas a seguir não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado de troca corrente.

A Companhia tem como política o gerenciamento dos riscos, evitando assumir posições relevantes expostas a flutuações do valor justo. Nesse sentido, buscam operar instrumentos que permitam maior controle de riscos. Os contratos de derivativos são efetuados com operações de swap e opções envolvendo juros e taxa de câmbio, visando proteção contra efeitos adversos sobre suas dívidas em dólar.

As operações de proteção contra variações cambiais adversas requerem monitoramento constante, de forma a preservar a eficiência das suas estruturas. As operações vigentes são passíveis de reestruturação a qualquer tempo e podem ser objeto de operações complementares ou reversas, visando reduzir eventuais riscos de perdas relevantes.

- **Limitações**

Os valores foram estimados na data do balanço, baseados em informações disponíveis no mercado e por metodologias apropriadas de avaliações. Entretanto, considerável julgamento foi requerido na interpretação dos dados de mercado para produzir a estimativa do valor justo mais adequado. Como consequência, as estimativas utilizadas e apresentadas a seguir não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado de troca corrente.

- **Administração financeira de risco**

O Conselho de Administração tem responsabilidade geral pelo estabelecimento e supervisão do modelo de administração de risco da Companhia, portanto fixou limites de atuação, com montantes e indicadores pré-estabelecidos na “Política de Gestão de Riscos decorrentes do Mercado Financeiro” (disponível no website da Companhia) e no regimento interno da diretoria da Companhia. A diretoria tem como prática reportar mensalmente o desempenho orçamentário e os fatores de riscos que envolvem a Companhia.

A política de administração de risco da Companhia foi estabelecida a fim de identificar, analisar e monitorar riscos enfrentados, para estabelecer limites e mesmo checar a aderência aos mesmos. Políticas de gerenciamento de riscos e sistemas são revisadas regularmente, a fim de avaliar mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Companhia.

A “Política de Gestão de Riscos decorrentes do Mercado Financeiro” foi estabelecida em 11 de maio de 2009 e teve sua primeira revisão em 27 de abril de 2010 e em 24 de fevereiro de 2011, a qual se encontra disponível no website da Companhia.

A Companhia conta com serviços de empresa especializada e independente na gestão de risco de caixa e dívida, de modo que é procedido monitoramento diário sobre o comportamento dos principais indicadores macroeconômicos e seus impactos nos resultados, em especial nas operações de derivativos. Este trabalho permite definir estratégias de contratação e reposicionamento, visando menores riscos e melhor resultado financeiro.

a) Risco de liquidez

A administração, através do fluxo de caixa projetado, programa suas obrigações que geram passivos financeiros ao fluxo de seus recebimentos ou de fontes de financiamentos de forma a garantir o máximo possível a liquidez, para cumprir com suas obrigações, evitando inadimplências que prejudiquem o andamento das operações da Companhia.

A seguir, apresentamos a estratificação dos passivos financeiros, incluindo pagamentos de juros estimados. Não é esperado que possam ocorrer alterações significantes nos fluxos de caixa incluídos nesta análise.

	Até 6 meses	De 6 a 12 meses	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
Fornecedores	47.305	-	-	-	1.810	49.115
Empréstimos, financiamentos, encargos de dívidas e debêntures	47.513	38.219	385.552	69.334	94.776	635.394

b) Risco de crédito

A Administração avalia que os riscos das aplicações financeiras de suas disponibilidades são reduzidos, em função de não haver concentração e as operações são realizadas com bancos de reconhecida solidez e percepção de risco aderente à “Política de Gestão de Riscos decorrentes do Mercado Financeiro”. A política também privilegia a alocação dos recursos em aplicações de curto prazo e, sempre que possível, com liquidez diária. Conta ainda com a supervisão do Comitê de Auditoria do Conselho de Administração, constituído no primeiro trimestre de 2010.

O risco de crédito da Companhia é representado por contas a receber, o que, no entanto, é atenuado por vendas a uma base pulverizada de clientes e por prerrogativas legais para suspensão da prestação de serviços a clientes inadimplentes. Adicionalmente, parte dos valores a receber relativos às transações de venda, compra de energia e encargos de serviço do sistema, realizados no âmbito da CCEE, estão sujeitas às modificações, dependendo de decisões de processos judiciais ainda em andamento, movidos por algumas empresas do setor. Esses processos decorrem da interpretação de regras do mercado, vigentes entre junho de 2001 e fevereiro de 2002, período do Programa Emergencial de Redução de Energia Elétrica.

Exposição a riscos de crédito

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito. A exposição máxima do risco do crédito na data das informações contábeis intermediárias foi:

	<u>31/03/2012</u>	<u>31/12/2011</u>
Caixa e equivalente de caixa	56.711	78.427
Aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados	33.168	33.296
Consumidores e concessionárias	114.612	115.659
Títulos de créditos a receber e outros	23.308	12.424
Conta a receber da concessão	<u>36.520</u>	<u>34.021</u>

O detalhamento desses créditos, estão apresentados nas notas explicativas nº 5, 6, 7 e 15.

c) Risco de mercado: taxa de juros e de câmbio

Parte dos empréstimos e financiamentos em moeda nacional, apresentados na nota explicativa nº18, é composta de financiamentos obtidos junto a diversos Agentes de fomento nacionais (Eletrobrás, Banco do Nordeste e BNDES) e outras instituições do mercado de capitais.

A taxa de mercado (ou custo de oportunidade do capital) é definida por esses Agentes, levando em conta os juros básicos, o prêmio de risco compatível com as empresas financiadas, suas garantias e o setor no qual estão inseridas. Na impossibilidade de buscar outras alternativas ou diferentes hipóteses de mercado e/ou metodologias para suas estimativas, em face de seus negócios e às peculiaridades setoriais, esses são mensurados pelo “método do custo amortizado” com base em suas taxas contratuais.

Os resultados da Companhia são suscetíveis a variações em função dos efeitos da volatilidade, do cupom cambial e da taxa de câmbio sobre os passivos atrelados a moedas estrangeiras, principalmente ao dólar norte-americano, que encerrou o período findo em 31 de março de 2012, com redução de 2,86% sobre 31 de dezembro de 2011, cotado a R\$1,8221/ USD.

Do montante das dívidas bancárias de emissões da Energisa SE em 31 de março de 2012 de R\$ 497.086 (R\$514.178 em 31 de dezembro de 2011), R\$279.560 (R\$291.458 em 31 de dezembro de 2011) estão representados em dólares, provenientes da emissão internacional de Notes Units, cujo saldo em circulação no final do exercício, incluindo juros, era de US\$ 112,7 milhões (US\$107,1 milhões de principal), além de US\$42,6 milhões (US\$42 milhões de principal) em debêntures emitidas pela Energisa SE. As notas têm vencimento em 19 de julho de 2013 e custo

de US\$ + 10,5% ao ano. As debêntures incorrem ao custo de US\$ + 8,85% ao ano, e também, possuem vencimento de longo prazo, em três parcelas anuais, sendo a última prestação em 8 de novembro de 2015.

O balanço patrimonial em 31 de março de 2012 apresenta no ativo não circulante o valor R\$12.520 (R\$6.359 em 31 de dezembro de 2011) e no passivo não circulante R\$27.255 (R\$16.089 em 31 de dezembro de 2011), a título de marcação a mercado dos instrumentos financeiros derivativos atrelados ao câmbio e aos juros, originados da combinação de fatores usualmente adotados para precificação a mercado de instrumentos dessa natureza, como volatilidade, cupom cambial, taxa de juros e cotação do dólar. Não se tratam de valores materializados, pois reflete os valores da reversão dos derivativos na data de apuração, o que não corresponde ao objetivo de proteção das operações de hedge e não reflete a expectativa da Administração. À medida que os limitadores estabelecidos para as operações vigentes não forem ultrapassados, conforme abaixo descrito, deverá ocorrer a reversão do lançamento de marcação a mercado ora refletido nas informações contábeis intermediárias. Por outro lado, uma maior deterioração da volatilidade do cupom cambial e da cotação do dólar, poderão implicar no aumento do valor ora contabilizado.

Ademais, a própria valorização do Real frente ao Dólar de partida das operações é responsável pela quase totalidade desta posição passiva líquida, o que é natural nas operações de hedge, onde as empresas deixam de estar passivas em Dólar para estarem passivas em CDI.

A Energisa SE possui proteção contra efeitos adversos sobre os financiamentos atrelados à variação cambial, conforme mencionados acima. As proteções acima estão divididas nos instrumentos descritos a seguir:

1. Proteção para o montante equivalente a US\$42 milhões de principal e US\$7,5 milhões de juros através de série de swaps cambiais com limitadores de taxa de câmbio entre R\$/US\$2,581 (Mai-12) e R\$/US\$ 2,8841 (Nov-13) pelo prazo até 08/11/2013, visando a proteção da emissão de debêntures contra variação cambial adversa, realizando assim um swap do custo de US\$ + 8,85% a.a. por 120,6% da variação do CDI, protegendo os pagamentos de juros previstos para 08/05/2012 até 08/11/2013 bem como o valor do principal nesta última data.

2. Proteção para o montante equivalente a US\$107,1 milhões de principal e US\$22,8 milhões de juros através de séries de Swaps Cambiais com limitadores de taxa de câmbio entre R\$/US\$ 2,7150 (Jul-12) e R\$/US\$ 2,9170 (Jul-2013) pelo prazo até 19/07/2013. A operação reflete um Swap do custo do US\$ + 10,5% a.a. por 131,5% da variação do CDI, protegendo os pagamentos semestrais de juros previstos de 19/07/2012 até 19/07/2013 bem como o valor do principal nesta última data.

No período, os mecanismos de proteção cambial auferiram um resultado negativo de R\$12.099 (R\$9.870 em 31 de março de 2011), decorrente de uma depreciação do dólar.

A Administração da Companhia está atenta aos movimentos de mercado, de forma que estas operações poderão ter sua proteção reestruturada e mesmo seus prazos alongados, a depender do comportamento do câmbio (R\$/US\$), no que diz respeito à volatilidade e patamar de estabilização. A Administração da Companhia procedeu a substituição dos derivativos mais complexos por estruturas mais simples e de maior liquidez, buscando menor exposição ao risco.

Resultados do 1º trimestre de 2012

Em consonância com a Deliberação CVM no 550/08, revogada pela Deliberação CVM 603/09, apresentam-se resumidamente abaixo os valores dos instrumentos financeiros derivativos da Companhia, vigentes em 31 de março de 2012 e 31 de dezembro de 2011:

Instrumentos Financeiros de Derivativos						
	Valor de Referência		Descrição	Valor Justo		Efeito Acumulado
	31/03/2012	31/12/2011		31/03/2012	31/12/2011	A Receber / A Pagar/ (Pago)
	Nacional (BRL)		Posição Ativa			
Swap com opções - Itaú BBA e Santander	242.013	251.010	Moeda Estrangeira-USD	308.189	321.774	- (4.093)
			Posição Passiva			
			Taxa de Juros CDI	(322.489)	(327.262)	- -
			Opções de Moeda Estrangeira (US\$)	(435)	(4.242)	- -
			Posição Total Swap Com Opções	(14.735)	(9.730)	- (4.093)

O Valor Justo dos derivativos registrados em 31 de março de 2012 e 31 de dezembro de 2011 foi apurado com base nas cotações de mercado para contratos com condições similares. Suas variações estão diretamente associadas às variações dos saldos das dívidas relacionadas na nota explicativa nº 18 e ao bom desempenho dos mecanismos de proteção utilizados descritos acima. Esses contratos não prevêem pagamentos intermediários antes da data de vencimento. A Companhia não tem por objetivo liquidar esses contratos antes dos seus vencimentos, bem como possui expectativa distinta quanto aos resultados apresentados como Valor Justo - conforme abaixo demonstrado. Para uma perfeita gestão é procedido monitoramento diário, com o intuito de preservar menores riscos e melhores resultados financeiros.

A marcação a mercado (MtM) das operações da Energisa SE foi calculada utilizando-se metodologia geralmente empregada e conhecida pelo mercado. A metodologia consiste basicamente em calcular o valor futuro das operações, utilizando as taxas acordadas em cada contrato, descontando a valor presente pelas taxas de mercado. No caso das opções, é utilizado para cálculo do MtM uma variante da fórmula de Black & Scholes, destinada ao cálculo do prêmio de opções sobre moeda. Os dados utilizados nesses cálculos foram obtidos de fontes consideradas confiáveis. As taxas de mercado, como a taxa Pré e o Cupom de Dólar foram obtidas diretamente do site da BM&F (Taxas de Mercado para Swaps). A taxa de câmbio (Ptax) foi obtida do site do Banco Central. No caso das opções, as volatilidades implícitas de dólar foram obtidas de outras fontes de mercado.

Análise de Sensibilidade

Em consonância com a Instrução CVM 475/08 e a Deliberação nº 604/2009, que revogou a Deliberação nº 566/2008, a Companhia realizou análise de sensibilidade dos principais riscos aos quais os instrumentos financeiros e derivativos estão expostos, conforme demonstrado:

Resultados do 1º trimestre de 2012

a) Variação cambial

Considerando a manutenção da exposição cambial de 31 de março de 2012 e 31 de dezembro de 2011, com a simulação dos efeitos nas informações contábeis intermediárias futuras, por tipo de instrumento financeiro e para três cenários distintos, seriam obtidos os seguintes resultados (ajustados a valor presente para data base das informações contábeis intermediárias):

Operação	Exposição	Risco	Cenário I (Provável)(*)	Cenário II (Deterioração de 25%)	Cenário III (Deterioração de 50%)
Instrumentos financeiros - Debêntures					
		US\$	13.953	(5.440)	(24.834)
Swap com Opções:					
Posição Ativa - Moeda Estrangeira - USD	87.423	Alta do US\$	77.324	96.655	115.986
Posição Passiva - Taxa de Juros CDI	(91.051)		(91.051)	(91.051)	(91.051)
Opções de Moeda Estrangeira - USD	(260)		-	-	(185)
Subtotal	(3.888)		(13.727)	5.604	24.750
Líquido	(3.888)		226	164	(84)
Instrumentos financeiros - Bond					
Swap com Opções:			20.789	(29.206)	(79.201)
Posição Ativa - Moeda Estrangeira - USD	220.767		199.976	249.969	299.963
Posição Passiva - Taxa de Juros CDI	(231.438)	Alta do US\$	(231.438)	(231.438)	(231.438)
Opções de Moeda Estrangeira - USD	(173)		-	-	-
Subtotal	(10.844)		(31.462)	18.531	68.525
Líquido	(10.844)		(10.673)	(10.675)	(10.676)
Total	(14.732)		(10.447)	(10.511)	(10.760)

(*) Considera o cenário macroeconômico da Pesquisa Focus vigente em 31 de março de 2012, para as datas futuras até a liquidação final das operações.

Os derivativos no "Cenário Provável", calculados com base na análise líquida das operações acima apresentadas até o vencimento das mesmas, ajustadas a valor presente pela taxa pré-fixada brasileira em reais para 31 de março de 2012, atingem seu objetivo, o que é refletido no valor presente negativo de R\$10.447, que serve para mostrar a efetividade da mitigação das variações cambiais adversas das dívidas existentes. Neste sentido, quanto maior a deterioração do câmbio (variável de risco considerada), e desde que os limitadores dos instrumentos financeiros derivativos não sejam ultrapassados, maiores serão os resultados positivos dos swaps. Por outro lado, em determinados cenários de deterioração do real frente ao dólar, com 25% e 50% de desvalorização do real, observaríamos períodos de ultrapassagem de alguns dos limitadores atualmente vigentes, levando a valores presentes negativos de R\$10.511 e R\$10.760, respectivamente.

b) Variação das taxas de juros

Considerando que o cenário de exposição dos instrumentos financeiros indexados as taxas de juros de 31 de março de 2012 seja mantido e que os respectivos indexadores anuais acumulados sejam (CDI = 9,14% a.a., a TJLP = 6% a.a. e FNE = 8% a.a) e caso ocorram oscilações nos índices de acordo com os três cenários definidos o resultado financeiro líquido, seria impactado em:

Instrumentos	Exposição (R\$ mil)	Risco	Cenário I (Provável) (*)	Cenário II (Deterioração de 25%)	Cenário III (Deterioração de 50%)
Instrumentos financeiros ativos:					
Aplicações financeiras no mercado aberto	81.814	Alta CDI	1.862	2.310	2.750
Instrumentos financeiros passivos:					
	(100.901)	Alta CDI	(2.576)	(3.113)	(3.642)
Empréstimos e financiamentos	(10.884)	Alta TJLP	(322)	(361)	(400)
	(16.185)	Alta FNE	(249)	(312)	(374)
Subtotal (**)	(127.970)		(3.147)	(3.786)	(4.416)
Total	(46.156)		(1.285)	(1.476)	(1.666)

(*) Considera o CDI de 31 de março de 2012 (9,14% a.a.), cotação das estimativas apresentadas pela recente Pesquisa do BACEN, datada de 31 de março 2012, TJLP 6% a.a e recursos do FNE de 8% a.a. (operações contratadas junto ao Banco do Nordeste, já refletindo bônus de adimplemento).

(**) Não inclui as operações em dólar no valor de R\$279.560.

Hierarquia de valor justo

A tabela abaixo apresenta instrumentos financeiros registrados pelo valor justo, utilizando um método de avaliação.

Os diferentes níveis foram definidos como a seguir:

- Nível 1 - Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos
- Nível 2 - Inputs, exceto preços cotados, incluídas no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços)
- Nível 3 - Premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

Instrumentos financeiros	Nível	31/03/2012	31/12/2011
Ativos			
Aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados	2	33.168	33.296
Instrumentos financeiros derivativos	2	12.520	6.359
Passivos			
Instrumentos financeiros derivativos	2	(27.255)	(16.089)

Resultados do 1º trimestre de 2012

Ressaltamos que não foram observados instrumentos financeiros classificados como Nível 1 e 3 durante o período em referência e que não ocorreram transferências de níveis para este mesmo período.

27 Benefícios a empregados

a) Plano de suplementação de aposentadoria e pensões

A Companhia é patrocinadora de plano de benefício previdenciário aos seus empregados, na modalidade de benefício definido. O plano de benefício definido é avaliado atuarialmente ao final de cada exercício, visando verificar se as taxas de contribuição estão sendo suficientes para a formação de reservas necessárias aos compromissos de pagamento atuais e futuros. Os dados da última avaliação estão descritos na nota explicativa nº 33 às informações trimestrais do exercício findo em 31 de dezembro de 2011.

No período findo em 31 de março de 2012, a despesa de patrocínio a esses planos foi de R\$384 (R\$304 em 31 de março de 2011).

b) Plano de saúde

A Companhia participa do custeio de planos de saúde a seus empregados, administrados por operadora regulada pela ANS. No caso de rescisão e ou aposentadoria, os empregados podem permanecer no plano desde que assumam a totalidade do custeio, não cabendo a Companhia, qualquer vínculo e ou obrigação pós-emprego com esses empregados. No 1º trimestre de 2012 as despesas com esse benefício foram de R\$652 (R\$278 em 31 de março de 2011).

28 Compromissos

A Companhia possui compromissos relacionados a contratos de longo prazo com a compra de energia, como segue:

Contratos de compra de energia:

<u>Vigência</u>	<u>2012</u>	<u>2013</u>	<u>2014</u>	<u>2015</u>	<u>2016</u>	<u>Após 2016</u>
2012 a 2044	225.467	252.278	218.234	224.896	223.179	3.265.056

Os valores relativos aos contratos de compra de energia, com vigência de 8 a 30 anos, representam o volume contratado pelo preço corrente no final do exercício de 2011, e foram homologados pela ANEEL.

29 Contrato de concessão de distribuição

A Energisa SE assinou em 23 de dezembro de 1997, com a Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL o contrato de concessão de distribuição de energia elétrica, com o prazo de concessão até 23 de dezembro de 2027.

RELATÓRIO SOBRE A REVISÃO DE INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS

Ao Conselho de Administração e aos Acionistas da
Energisa Sergipe - Distribuidora de Energia S.A.
Aracajú - SE

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias da Energisa Sergipe - Distribuidora de Energia S.A., contidas no Formulário de Informações Trimestrais - ITR referente ao trimestre findo em 31 de março de 2012, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de março de 2012 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de três meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A administração é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 - Demonstração Intermediária e com a norma internacional IAS 34 - *Interim Financial Reporting*, emitida pelo *International Accounting Standards Board* - IASB, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - *Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity*, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações intermediárias

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21 e o IAS 34 aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Outros assuntos**Demonstrações do valor adicionado**

Revisamos, também, as Demonstrações do valor adicionado (DVA), referentes ao período de três meses findo em 31 de março de 2012, preparadas sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação nas informações intermediárias é requerida de acordo com as normas expedidas pela CVM - Comissão de Valores Mobiliários aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR e considerada informação suplementar pelas IFRS, que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foram elaboradas, em todos os seus aspectos relevantes, de acordo as informações contábeis intermediárias tomadas em conjunto.

Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior e revisão dos valores correspondentes ao primeiro trimestre do exercício anterior

Os valores correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2011 e ao trimestre findo em 31 de março de 2011, apresentados para fins de comparação, foram anteriormente auditados e revisados, respectivamente, por outros auditores independentes que emitiram relatórios datados em 8 de março de 2012 e em 11 de maio de 2011, respectivamente, que não tiveram qualquer modificação.

Rio de Janeiro, 27 de abril de 2012

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes
CRC 2SP 011.609/O-8 "S" SE

Antônio Carlos Brandão de Sousa
Contador
CRC 1RJ 065.976/O-4 "S" SE

Para esclarecimentos e informações adicionais, não hesite em nos contactar:

- ✓ **Maurício Perez Botelho**
Diretor de Relações com Investidores
E-mail: mbotelho@energisa.com.br
- ✓ **Cláudio Brandão Silveira**
Diretor de Finanças Corporativas
E-mail: claudiobrandao@energisa.com.br
- ✓ **Carlos Aurélio Martins Pimentel**
Gerente de Relações com Investidores
E-mail: caurelio@energisa.com.br
- ✓ No Rio de Janeiro (RJ): Av. Pasteur, 110 / 5º e 6º andares
Tel.: (21) 2122-6900 / 6902
Fax: (21) 2122-6980 / 6931
- ✓ Em Cataguases (MG): Praça Rui Barbosa, 80
Tel.: (32) 3429-6226 / 6327 / 6000
Fax: (32) 3429-6317 / 6480
- ✓ Internet: www.energisa.com.br
E-mail: stockinfo@energisa.com.br